

A GEOPOLÍTICA E O GOVERNO EURICO GASPAR DUTRA (1946-1951): A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DEPENDENTE?

Caio Cursini¹

Resumo

A política externa tem sido uma área do conhecimento pouco explorado no âmbito da geografia. O estudo realizado teve o propósito de analisar o território brasileiro e sua relação com a formação da política externa brasileira durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, buscando aproximar o campo internacionalista dos estudos geográficos. Para tanto, utilizamos o levantamento de documentos históricos, como matérias de jornais e acervos do referido governo, além, evidentemente da bibliografia pertinente ao tema. Foi identificado que o esvaziamento do conceito de território possuiu uma função importante em alguns dos direcionamentos externos do governo em questão.

Palavras-Chave: Território; política externa; geografia; história

Abstract

Foreign policy has been an area of knowledge that has been little explored in the field of geography. The study carried out aimed to analyze the Brazilian territory and its relationship with the formation of Brazilian foreign policy during the government of Eurico Gaspar Dutra, seeking to bring the internationalist field closer to geographic studies. For this purpose, we used a survey of historical documents, such as articles from newspapers and collections of the aforementioned government, in addition, of course, to the bibliography pertinent to the topic. It was identified that the emptying of the concept of territory played an important role in some of the foreign directions of the analyzed government.

Keys-Words: Territory; foreign policy; geography; history

Introdução

O governo Eurico Gaspar Dutra tem seu início no dia 31 de janeiro de 1946, após 15 anos do governo de Getúlio Vargas. Dutra seria eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), derrotando seu principal rival, o major-brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Social (UDN), e de Yedo Fiúza que havia conquistado expressiva votação pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹ Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: caio_cursini@hotmail.com.

Gaspar Dutra ficaria conhecido anos antes, durante o governo de Getúlio Vargas quando ocupou a cadeira de Ministro da Guerra entre 1936 a 1945, mas seria no segundo lustro da década de 1940 que o general deixaria seus principais legados para a política nacional. Enquanto presidente, Ernesto Dutra, no campo da política externa, havia cristalizado à noção de retribuição norte-americana em função do esforço brasileiro durante a segunda guerra mundial. De fato, durante o conflito, o governo brasileiro havia assumido uma posição importante no cenário latino-americano, sendo o único Estado a enviar tropas à frente de batalha, além de colaborar integralmente com os planos de guerra dos Estados Unidos, reservando, entretanto, como observa Moura (1980) a possibilidade de barganhar certa autonomia de ação em assuntos como o armamento do exército brasileiro, a industrialização do país e a própria posição de destaque no continente americano.

O governo de Gaspar Dutra vislumbrava, diante do apoio inequívoco do país em relação a Washigton, conquistar uma série de objetivos que começavam a se mostrar eminentes na política interna brasileira, entre estes, a industrialização e o desenvolvimento nacional eram os mais latentes. Convencidos de que o governo de Truman apoiaria as inciativas industriais e de expansão da infraestrutura do governo brasileiro, como observa Bandeira (2010), criou-se uma verdadeira euforia entre alguns setores da sociedade do país, como entre os militares, por exemplo.

Ocorre que do ponto de vista da política externa a busca pelo desenvolvimento nacional, calcada na industrialização partia de uma ideia bastante restrita do território do país. Isto é, a noção de território, estava fundada em concepções internacionalistas clássicas presentes no pensamento de Aron (2002), Morgenthau (2003), Wigth (2002), entre outros internacionalistas. Isto significa que a concepção de desenvolvimento em Eurico Dutra estava pavimentada na possibilidade de expansão das estruturas territoriais para a expansão da reprodução do capital no país. Expandir essa estrutura, na visão internacionalista dialoga sumariamente com a capacidade de poder de um Estado, ou seja, de tomar decisões e influenciar outros países, amparado por um polo tecnológico, bélico e industrial interno.

A problemática que disso deriva é que o território pensado na política externa brasileira era um território estático, um suporte do Estado, uma materialização das intervenções das ações políticas. O desenvolvimento, portanto, partia da premissa da reprodução da estrutura territorial capaz de reproduzir o capital estrangeiro e prova disso

era o esforço inigualável das comissões brasileiras em obter o financiamento norte-americano para a expansão da infraestrutura viária no país.

Para responder essa questão e para investigar essas evidências trabalhamos a partir da bibliografia que toca o tema, utilizando concepções e conceitos discutido em autores da geografia, como Saquet (2007), Moraes (1999), Santos (1994; 2006), para citarmos alguns, assim como autores da geopolítica como Mattos (1977), Silva (1981), Castro (1999), entre outros. Além, evidentemente dos principais teóricos do campo das relações internacionais.

O levantamento documental histórico também foi fundamental para a consecução das presentes investigações, desse modo, utilizamos o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)², uma das principais fontes de documentos históricos do país.

Dividimos a discussão em dois momentos, um em que debatemos o território oficial, ou seja, a concepção de território corrente entre os atores da política externa brasileira e a tentativa de atrair o capital estadunidense para o Brasil e, em um segundo momento, construímos uma discussão fundada no que chamaríamos de “Brasil real”, isto é, um território que não figurava no imaginário da política externa nacional.

O Brasil imaginário da política externa de Eurico Gaspar Dutra.

Ao final da Segunda Guerra Mundial era comum entre os círculos oficiais e até mesmo da imprensa nacional localizar o Brasil enquanto um país bastante relevante do ponto de vista internacional. No caso da delimitação das fronteiras entre Itália e Jugoslávia em 1946, Raul Fernandes, na segunda conferência de Paris ocorrida entre julho e outubro de 1946, apontaria o papel do Brasil junto às potências

se bate somente por uma paz justa e duradura. Dir-se-ia que somos um país longínquo, que se intromete numa questão regional europeia. Mas o certo é que os conflitos armados assumem cada vez mais proporções mundiais.” (Correio Paulistano, 5 de setembro de 1946).

De certo modo, buscava-se crer na grandeza do Estado brasileiro como um elemento quase axiomático da política externa do país. Assim, fundamentava-se a

² Sítio disponível em <-<http://cpdoc.fgv.br/>>.

exploração do território tendo em vista sempre as características de abundância, grandeza, imponência e demais adjetivos que demonstravam o território nacional como uma estrutura na qual o poder já emanava de si próprio. Nesse sentido, é frequente a consideração desses aspectos para a implantação de infraestruturas para a reprodução do capital. Em 1948, por exemplo, o congresso nacional realizava um levantamento das condições energéticas brasileiras e apontava

Desde longa data o Brasil vem importando um grupo de mercadorias que constituem fonte de energia: carvão de pedra, briquetes, coque, gasolina e óleos combustíveis [...] urge, portanto, promover a utilização dos recursos energéticos naturais dos existentes em mais abundância no território brasileiro. (Diário do Congresso Nacional, 1948 p.5)³.

Em um momento em que a geopolítica se mostrava em alta nas rodas de conversas políticas e internacionais, como deixam claros as diversas publicações de *Meira Mattos* no jornal *Correio Paulistano*⁴, no qual o geopolítico tinha uma coluna e discutia diversos acontecimentos internacionais do ponto de vista da geopolítica, a questão do desenvolvimento e o território brasileiro ganhavam palco.

A noção de território, no entanto, pouco se distanciava da concepção estabelecida pelos principais teóricos das relações internacionais ou até mesmo da concepção maquiavélica do território como objeto político que deve ser defendido pelo príncipe. (Maquiavel, 2005). O território como um elemento de poder é uma definição corriqueira ao interior do pensamento internacionalista e, porque não, geográfico, já que é Ratzel (1897) que irá lançar um olhar sistêmico, mas bastante esvaziado da noção territorial contemporânea. *Nicholas Spykman* também, outro geógrafo e importante geopolítico do século XX observará que o território é um dos elementos que compõe a potencialidade de um Estado-nação, isto é, a posição territorial é um elemento importante na determinação do poder do Estado (Spykman, 1938)⁵.

³ Arquivo Eurico Dutra. Documentos encadernados relativos ao período de Eurico Dutra na presidência da República. Acervo ED vp 1948.05.19. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/ED/textual/documentos-encadernados-relativos-ao-periodo-de-eurico-dutra-na-presidencia-da-republica-contendo-diario-do-congresso-nacional-com-mensagem-aos-me>>.

⁴ - A título de exemplo Meira Mattos escreveria na edição de 8 de novembro de 1949 no referido jornal. Definiria “a geopolítica firma seus princípios principalmente no critério de emprestar ao meio geográfico uma certa destinação política”. (*Correio Paulistano*, 8 de novembro de 1949).

⁵ Morgenthau (2003) faz uma sistematização dos itens que compoariam o poder do Estado e enumera alguns observados por *Spykman*, no artigo citado é possível extrair o território como um dos elementos que perfariam o poder estatal.

Não é raro que a tentativa de medir a potência de um Estado deite suas raízes na racionalidade científica que busca contabilizar os elementos presentes em um Estado para, então, atingir um “resultado” sobre o poder deste mesmo. Esse procedimento foi inclusive bastante utilizado nos trabalhos realizados na Escola Superior de Guerra (ESG), escola responsável por formar boa parte dos geopolíticos brasileiros, assim como em acadêmicos que trabalham a perspectiva da geopolítica como por exemplo, Mello (1999). É interessante, no entanto, que notemos que a concepção de território é destacada da realidade social e deslocada para uma perspectiva pseudocientífica que quantifica o território e seus elementos.

Nesse aspecto, é possível argumentar que o governo de Gaspar Dutra, buscava o desenvolvimento do país fundado numa concepção bastante distante da noção de território presente em Raffestin (1993), Saquet (2007) e Cataia (2011), em que os aspectos sociais fazem parte da constante transformação territorial. A tentativa de racionalização do território, ao menos da perspectiva de Morgethau (2003), Clausewitz (1979) e Wight (2002) esvaziaram um conceito fundamental para a compreensão do Estado. É nesse sentido que Aron (2002, p.84) observa que “administrar um território, hoje, é assumir a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, o que muitas vezes custa mais do que as vantagens trazidas pela expansão do mercado ou a exploração das riquezas naturais”. A noção de Aron (2002), ainda que contendo resquícios de uma percepção mais ampla do conceito de território esbarra na percepção deste como um elemento estritamente ligado ao poder que muitas vezes é apontado derivado da capacidade de desenvolvimento econômico.

A discussão conceitual, nesse sentido, reverbera na noção de desenvolvimento e desenvolvimentismo empregada na política externa de Gaspar Dutra. Adquirir o financiamento para o desenvolvimento do país era fundamental, ao menos da perspectiva oficial, para estabelecer uma posição de poder do Brasil no Mundo. A criação de uma comissão econômica mista entre o Brasil e os Estados Unidos (Missão Abbink)⁶ demonstrava que a noção de território presente no governo brasileiro e no próprio

⁶ A Missão Abbink foi formada em 1948 por técnicos estadunidenses, mas chefiada por Otávio Gouvêia de Bulhões e tinha como objetivo avaliar os entraves ao desenvolvimento brasileiro. A missão era formada num contexto diplomático em que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos começavam a se desgastar em função da ausência dos créditos para o financiamento dos projetos de desenvolvimento propostos pelo governo Eurico Dutra.

Ministério das Relações Exteriores era bastante semelhante à perspectiva dos clássicos das relações internacionais, ou da geopolítica.

O resultado desse fato não tardaria a aparecer, Ricupero (2017) descreve a repentina frustração dos setores militares com a resistência de Washington em ceder recursos ao Brasil. Quando nos aproximamos da geografia é possível sugerir que a “má vontade” de Truman⁷ em satisfazer as expectativas brasileiras poderia derivar de duas vertentes, a geopolítica, pois o Brasil se encontrava distante das principais áreas de tensão entre Estados Unidos e União Soviética e a territorial, isto é, a grandeza creditada ao território brasileiro estava muito distante da realidade territorial do país, como diria Moura (2012, p.188) “o Brasil como grande potência era uma ilusão que os negociadores gostavam de ter”.

Não havia no Brasil nem motivos geopolíticos nem motivos de grandeza territorial que justificassem a cessão dos benefícios econômicos e políticos clamados pelo governo Gaspar Dutra. O que restava ao governo brasileiro era a tentativa sistemática de, através da diplomacia, atrair a atenção dos Estados Unidos. O chamado alinhamento automático com os Estados Unidos, segundo Moura (2012) consistia na adesão às posições internacionais norte-americanas na esfera internacional, principalmente no que tocava as disputas no âmbito da guerra fria, assim como observa Ricupero (2017, p.377)

a percepção de uma comunhão básica de interesses e valores com os Estados Unidos na contenção do comunismo internacional tornava o alinhamento com Washington na diplomacia multilateral algo natural para os dirigentes brasileiros.

A posição de Dutra no cenário internacional frente aos Estados Unidos estava fundamentada pela necessária participação deste país na industrialização brasileira. A destruição da Europa pela guerra e a expansão industrial norte-americana havia fomentado além de um amplo clamor pró-americano no âmbito político e econômico, como também restringia as possibilidades do Brasil em obter qualquer tipo de crédito em outras partes do globo terrestre, como destaca Casarões (2015). Desse modo, sem margem de manobra e igualmente composto por setores da sociedade ligados aos interesses norte-

⁷ Presidente dos Estados Unidos entre 1945 a 1953.

americanos, como o próprio caso da participação estrangeira na exploração do petróleo demonstra⁸.

Era, portanto, fundamental criar as condições para que o território brasileiro pudesse receber inversões e capital estrangeiro se o governo do país não quisesse perder a possibilidade de participar do tabuleiro internacional do pós-guerra. A partir disso, o território brasileiro deveria ser denotado primeiramente como estável, isto é, a política externa brasileira, partindo de uma concepção primária, fundada em noções estáticas do território deveria transformar este num cenário propício e atrativo para o investimento estadunidense. Do ponto de vista geográfico as problemáticas que partem daí são inúmeras. Na medida em que o “capital precisa produzir formas para continuar sua expansão”, como aponta Harvey (2010, tradução nossa, p.67), a natureza passa a ser um obstáculo para a reprodução deste. Nesse sentido, a infraestrutura era fundamental para a continuidade do processo de crescimento da economia brasileira e a manutenção do ordenamento internacional sob o qual o Brasil buscava o reconhecimento do seu poder.

No entanto, o território brasileiro longe de estar restrito aos aspectos dimensionais e quantificáveis, tinha a sua materialidade conectada, evidentemente aos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que não poderiam ser negligenciados, caso contrário poder-se-ia incorrer no erro de se tomar ações ao interior da política externa equivocadas. O desfecho do governo Gaspar Dutra no âmbito externo é marcado pela frustração, como destaca Ricupero (2017) com a reticência de Washington em fornecer o crédito solicitado insistentemente pela diplomacia brasileira, no entanto, é possível que esse fato estivesse conectado não somente a menor relevância geopolítica brasileira que já não possuía mais uma posição estratégica do ponto de vista geoestratégico, mas também pela pequena relevância econômica e militar apresentada pelo Brasil naquele momento.

O território real

Longe dos holofotes da política externa o território brasileiro no segundo lustro da década de 1940 demonstrava as suas características bastante díspares daquelas

⁸ Como esclarece Bandeira (1978), a assembleia constituinte em 1946 deve marcada presença de lobistas estadunidenses ligados à companhia Standard Oil, com o objetivo de alterar a carta constituinte brasileira para que fosse permitida a participação estrangeira na exploração e refino do petróleo brasileiro. O artigo 153, como destaca Bandeira (1978, p.311) “saiu conforme seus desígnios”.

apresentadas pelos atores da diplomacia brasileira. Distante de ser um território estável, o Brasil não era homogêneo, o país ingressava nessa década com 56% da população acima de 15 analfabeta. Aproximadamente 34% da população estava concentrada nos estados de Minas Gerais e São Paulo⁹. (Brasil, 1946, p.36)

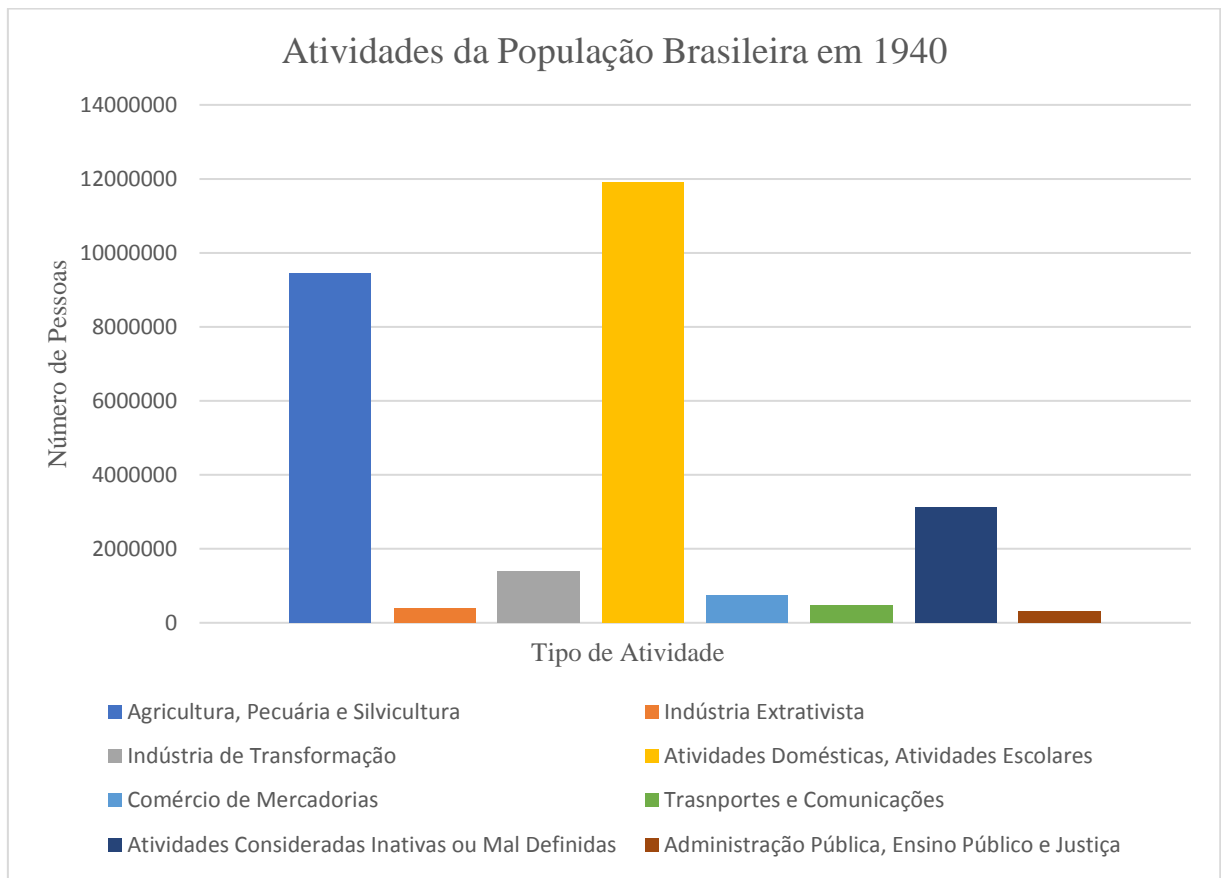
Também chamam a atenção a ideia que contrapõe a noção de um Estado homogêneo. Em 1940, boa parte da população era católica, mais exatamente 95% da população, no entanto, os outros 5% eram distribuídos em protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos, budistas, xintoístas, espíritas, positivistas, de outras religiões, sem religião, de religião não declarada¹⁰.

Outro aspecto interessante é a ocupação da população geral, com a exclusão da população em idade escolar, a maioria da população brasileira tinha na agricultura a sua principal ocupação e fonte de renda. Dado este que configura, ainda que parcialmente, uma das principais características do território nacional. O Brasil da década de 1940 era fundamentalmente agrícola, tendo a indústria extrativista e de transformação alguma relevância no que se refere ao quesito “industrialização”. Outros campos da indústria, embora em ascensão, não fazia parte significativa das atividades laborais da população.

⁹ A população brasileira recenseada em 1940 era de 41.236.315, somente em Minas Gerais e São Paulo estavam 13.916.732 pessoas.

¹⁰ É importante destacar que o anuário estatístico de 1946 não faz sequer menção às religiões de matrizes africanas, o que evidencia o racismo estrutural da sociedade brasileira. É possível que as religiões africanas estivessem “inseridas” dentro das pessoas que se declaravam “espíritas”, “de outras religiões” e “religião não declarada”.

Figura 1



Fonte: Elaborado a partir Brasil (1947), autoria própria, 2021.

Esses aspectos da população são importantes porque adicionam ao território uma característica que frequentemente lhe é excluída ao interior das relações internacionais. As características populacionais são parte integrante e indispensável da análise da realidade territorial de qualquer Estado. No caso brasileiro durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, somente essas características da população brasileira já apontavam para a complexidade do território e pode ser confrontada com o fato de se querer criar no Brasil uma ideia de “Brasil Potência”.

Os dados apresentados já podem levantar uma questão importante, como industrializar o país, principal preocupação quase unânime dos setores civis e militares, mantendo a estrutura agrária, calcada no latifúndio como atividade principal na atração de recursos externos para o Brasil, ou então, como criar a noção de um território estável,

homogêneo e atrativo ao investimento do capital estrangeiro se o conceito de território dialoga diretamente com a ideia de diversidade?¹¹

Ao negligenciar o conceito de território, portanto, a política externa em Eurico Dutra tentou criar um discurso e um território nacional apropriado às inversões de capitais estrangeiros. Com ideais desenvolvimentistas, nos quais a indústria era a principal fonte de progresso este governo concentraria seus esforços em obter recursos junto a Washington para estruturar o território brasileiro para a expansão viária e industrial nos ainda restritos pontos industriais do país, dos quais o principal era São Paulo.

No entanto, o alinhamento automático, direcionamento em que o governo brasileiro assumia posições diplomáticas aos moldes dos interesses estadunidenses, como aponta Moura (2012), não era somente uma característica de política externa, mas também uma consequência do ordenamento territorial brasileiro. Assim, na medida em que o Brasil assumia uma posição pró-Estados Unidos, também eram moldadas as relações ao interior do território. A lógica de reprodução do capital estrangeiro, deste modo, seria perpetuada através da cooperação técnica intermediada por técnicos estrangeiros, como ocorreu no caso da Missão Abbink.

A missão Abbink tinha um escopo importante do ponto de vista estratégico dos Estados Unidos, acalmava os clamores de Eurico Dutra por uma colaboração financeira de maior monta fornecendo ao Brasil assistência técnica que tinha como intuito diagnosticar os gargalos do desenvolvimento brasileiro. Mais uma vez, a partir de relatórios técnicos e missões diplomáticas negligenciava-se características fundamentais do território. O resultado mais enfático da missão se referia a necessidade de o governo brasileiro não se opor à iniciativa privada estrangeira. Diagnóstico este realizado de forma bastante questionável do ponto de vista geográfico, os ditos “óbices” ao desenvolvimento nacional haviam sido avaliados a partir de uma perspectiva quantitativa do espaço brasileiro, assim como havia sido subtraída variantes políticas e históricas do território.

¹¹ Sobre os diversos aspectos da formação do território ver Saquet (2007).

Conclusão

Embora o intuito dessa discussão não seja o de chegar a conclusões finais, é possível ventilar alguns pontos importantes da discussão em voga. O primeiro deles é que a política externa em Eurico Gaspar Dutra se utilizou de uma visão geográfica e geopolítica fundamentada numa concepção bastante rasa do território nacional. Isto significa que é possível, que as ações tomadas no âmbito da política externa estivessem embasadas numa perspectiva estática e esvaziada do território, isto é, o conteúdo social, histórico, político e cultural, haviam dado espaço somente a um território econômico planejado e quantificável.

Outro aspecto importante é que mesmo a partir de uma visão distorcida do território, a política externa é construída, resultando na intervenção externa sobre este. A consequência é evidente, negligencia-se o aspecto humano em favor de diretrizes que priorizam as inversões de capital estrangeiro. A homogeneização territorial, podemos assim dizer, aproxima-se de uma ferramenta para a simples intervenção do capital estrangeiro, demonstrando a necessidade da estaticidade da ideia de território em contraposição ao aspecto social e político do território.

Referências

A Íntegra do Discurso do Sr. Raul Fernandes. **Correio Paulistano**, São Paulo, 5 de setembro de 1946. Disponível em < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BRASIL. **Anuário Estatístico de 1946**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, M. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CASARÕES, G. S. “O tempo é o senhor da razão”? a política externa do governo Collor, vinte anos depois”. 2015, p.238. Tese de Doutorado. Programa de Pós

Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

CASTRO, T de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do estado. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, n. 23, v.1. p.115-125, abr. 2011

CERVO, A. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. Brasília: Martins Fontes, 1979.

COSTA, W. M. da. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. **L'espace politique**. v.31, n.1, 2017. Disponível em <<http://journals.openedition.org/espacepolitique/4132#quotation>>. Acesso em 22 de Fev. de 2021

HARVEY, D. **The enigma of capital: and the crises of capitalismo**. Londres: Profile Books, 2010.

MATTOS, C. de M. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MATTOS, M. Missão Histórica do Reno. **Correio Paulistano**, São Paulo, 8 de novembro de 1949. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, A.C.R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, 2003

MOURA, G. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950**. Brasília: Funag, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Politische Geographie**. Munique/Leipzig: R. Oldenbourg, 1897

RICUPERO, R. **A diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

———. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SPYKMAN, N. J. Geography and Foreign Policy I. **American Political Science Review**, n. 1, Fev. 1938, p. 28-50. Disponível em <
<https://www.cambridge.org/core/journals/american-politicalsciencereview/article/geography-and-foreignpolicyi/7E5E89E490235633DA6110942F01F0B8>>.

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.